

ENQUADRAMENTO LEGAL

1. INTRODUÇÃO

Este item apresenta a relação e descrição acerca das Leis, Decretos, Portarias, Resoluções, Instruções Normativas e Normas Ambientais da Administração Pública, Federal e Estadual sem prejuízo de uma visão geral, que são aplicáveis na implantação e para os usos em potencial do Píer Turístico de Itapema.

2. LEGISLAÇÕES FEDERAIS

LEIS	
Lei	Ementa / Objeto
Lei 5.197/67	Dispõe sobre a Proteção à Fauna
Lei 6.938/81	Dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências
Lei 7.203/84	Dispõe sobre Segurança para Embarcações
Lei 7.273/84	Dispõe sobre a Busca e Salvamento de Vida Humana em Perigo no Mar, nos Portos e nas Vias Navegáveis Interiores
Lei 7.652/88	Dispõe sobre o Registro da Propriedade Marítima e dá outras providências
Lei 7.661/88	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC
Lei 9.433/97	Dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Lei 9.537/97	Dispõe sobre a Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional e dá outras providências
Lei 9.605/98	Dispõe sobre as Sanções Penais e Administrativas derivadas de Condutas e Atividades lesivas ao Meio Ambiente
Lei 9.795/99	Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências
Lei 9.966/00	Dispõe sobre a Prevenção, o Controle e a Fiscalização da Poluição causada por Lançamento de Óleo e outras Substâncias Nocivas ou Perigosas em Águas sob Jurisdição Nacional
Lei 9.985/00	Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências
Lei 10.233/01	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências.

Lei 10.257/01	Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece Diretrizes Gerais da Política Urbana e dá outras providências
Lei 10.406/02	Código Civil (art.1228, §1º, CC)
Lei 10.893/04	Cria o Fundo da Marinha Mercante
Lei 11.428/06	Dispõe sobre a Utilização e Proteção da Vegetação Nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências
Lei 11.445/07	Estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico
Lei 12.305/10	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências
L C 140/11 Lei Complementar	Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981
Lei 12.651/12	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

DECRETOS	
Decreto	Ementa / Objeto
Decreto 24.643/34	Código de Águas
Decreto 79.367/77	Dispõe sobre Normas e o Padrão de Potabilidade de Água
Decreto 99.274/90	Regulamenta a Lei nº 6.902/81, e a Lei nº 6.938/81, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências
Decreto 1.530/95	Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982
Decreto 4.136/02	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências
Decreto 4.281/02	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências
Decreto 4.340/02	Regulamenta artigos da Lei 9.985/00, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências

Decreto 5.300/04	Regulamenta a Lei nº 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre Regras de Uso e Ocupação da Zona Costeira e estabelece Critérios de Gestão da Orla Marítima, e dá outras providências
Decreto 5.377/05	Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM
Decreto 6.848/09	Altera e acrescenta dispositivos do Decreto nº 4.340/02, para regulamentar a Compensação Ambiental
Decreto Legislativo 74/76	Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos causados por Poluição por Óleo
Decreto-Lei 2.490/40	Estabelece Normas para o Aforamento de Terrenos de Marinha
Decreto-Lei 9.760/46	Define Bens e Imóveis de Domínio da União

RESOLUÇÕES	
Resolução	Ementa / Objeto
ANTT 420/04	Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos
CNRH 16/01	Dispõe sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos considerando as Legislações Específicas Vigentes
CONAMA 01/86	Dispõe sobre Critérios Básicos e Diretrizes Gerais para a Avaliação de Impacto Ambiental
CONAMA 06/86	Aprova Modelos de Publicação de Pedidos de Licenciamento de quaisquer de suas Modalidades, sua Renovação e a respectiva Concessão e Aprova os Novos Modelos para Publicação de Licenças.
CONAMA 9/87	Disciplina a Audiência Pública
CONAMA 01/88	Critérios e Procedimentos de Implantação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental
CONAMA 02/90	Institui o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora – Silêncio
CONAMA 03/90	Dispõe sobre Padrões de Qualidade do Ar, previstos no Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar – PRONAR
CONAMA 237/97	Dispõe sobre a Revisão e Complementação dos Procedimentos e Critérios utilizados para o Licenciamento Ambiental
CONAMA 269/00	Regulamenta o Uso de Dispersantes Químicos em Derrames de Óleo no Mar
CONAMA 274/00	Define os Critérios de Balneabilidade em Águas Brasileiras
CONAMA 275/01	Estabelece o Código de Cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na Identificação de Coletores e Transportadores, bem como nas Campanhas Informativas para a Coleta Seletiva
CONAMA 303/02	Dispõe sobre Parâmetros, Definições e Limites de Áreas de Preservação Permanente – APP
CONAMA 307/02	Dispõe sobre Gestão dos Resíduos da Construção Civil, e Estabelece Diretrizes, Critérios e Procedimentos para a Gestão

	dos Resíduos da Construção Civil
CONAMA 313/02	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais
CONAMA 344/04	Estabelece as Diretrizes Gerais e os Procedimentos Mínimos para a Avaliação do Material a ser Dragado em Águas Jurisdicionais Brasileiras, e dá outras providências
CONAMA 357/05	Dispõe sobre a Classificação dos Corpos d'água e Diretrizes Ambientais para o seu Enquadramento, bem como Estabelece as Condições e Padrões de Lançamento de Efluentes, e dá outras providências
CONAMA 362/05	Dispõe sobre o Recolhimento, Coleta e Destinação Final de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado
CONAMA 371/06	Estabelece Diretrizes aos Órgãos Ambientais para o Cálculo, Cobrança, Aplicação, Aprovação e Controle de Gastos de Recursos advindos de Compensação Ambiental
CONAMA 382/06	Estabelece os Limites Máximos de Emissão de Poluentes Atmosféricos para Fontes Fixas
CONAMA 398/08	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional, originados em Portos Organizados, Instalações Portuárias, Terminais, Dutos, Sondas Terrestres, Plataformas e suas Instalações de Apoio, Refinarias, Estaleiros, Marinas, Clubes Náuticos e Instalações Similares, e Orienta a sua Elaboração
CONAMA 401/08	Estabelece os Limites Máximos de Chumbo, Cádmiio e Mercúrio para Pilhas e Baterias comercializadas no Território Nacional e os Critérios e Padrões para o seu Gerenciamento Ambientalmente Adequado, e dá outras providências
CONAMA 428/10	Dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental sobre a autorização do órgão responsável pela administração da Unidade de Conservação (UC), de que trata o §3º do artigo 36 da Lei nº9.985 de 18 de julho de 2000, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração da UC no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA-RIMA e dá outras providências
CONAMA 430/11	Dispõe sobre os padrões de lançamento de efluentes complementa e altera a Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005

INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
Instrução Normativa	Ementa / Objeto
IBAMA 112/06	Normatiza o Sistema de Documentação de Origem Florestal – DOF
IBAMA 134/06	Normatiza o Sistema de Documentação de Origem Florestal – DOF
IBAMA 146/07	Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influencia de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6938/81 e pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº237/97
NORMAN -11 DPC – Min Marinha	Normas da Autoridade Marítima para obras, dragagem, pesquisa e lavra de minerais sobre e as margens das águas jurisdicionais brasileiras.

PORTARIAS	
Portaria	Ementa / Objeto
Portaria IBAMA 11/95	Proíbe qualquer fonte de iluminação que ocasione intensidade luminosa superior a Zero LUX, numa faixa de praia compreendida entre a linha de maior baixa—mar até 50 m (cinquenta metros) acima da linha de maior pré-amar do ano (maré de sizígia), em várias regiões do Brasil
Portaria MMA 253/06	Institui o Documento de Origem Florestal – DOF
Portaria Interministerial MME/MMA 1/99	Dispõe sobre as Diretrizes para o Recolhimento, Coleta e Destinação de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado.
Portaria MINTER 53/79	Controle dos Resíduos Sólidos, provenientes de Atividades Humanas, como forma de prevenir a Poluição do Solo, do Ar e das Águas
Portaria 518/04 Ministério da Saúde	Estabelece os Procedimentos e Responsabilidades relativos ao Controle e Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano e seu Padrão de Potabilidade
Portaria SPU 404/2012	Estabelec3 normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, a título de retribuição à União.

3. LEGISLAÇÕES ESTADUAIS

LEIS	
Lei	Ementa / Objeto
Lei 5.793/80	Dispõe sobre a Proteção e Melhoria da Qualidade Ambiental e dá outras providências.
Lei 9.748/94	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências
Lei 10.472/97	Dispõe sobre a política florestal do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.
Lei 10.720/98	Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e estabelece outras providências.
Lei 10.973/98	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.793, de 16 de outubro de 1980, que dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental.
Lei 11.076/99	Dispõe sobre a criação de Zonas de Perigo Ambiental e dá outras providências.
Lei 11.347/00	Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final de resíduos sólidos potencialmente perigosos que menciona, e adota outras providências.
Lei 11.986/01	Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza e adota outras providências.
Lei 12.548/02	Torna obrigatória a publicação da relação dos estabelecimentos multados por poluição e degradação ambiental.
Lei 13.517/05	Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e estabelece outras providências.
Lei 13.557/05	Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e adota outras providências.
Lei 13.558/05	Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Ambiental - PEEA - e adota outras providências.
Lei 13.683/06	Dispõe sobre a obrigatoriedade de empreendimentos emissores de poluentes líquidos instalarem caixa de inspeção.
Lei 13.750/06	Altera dispositivos da Lei nº 13.683, de 2006, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empreendimentos emissores de poluentes líquidos instalarem caixa de inspeção.
Lei 13.973/07	Dispõe sobre a concessão e/ou renovação de licença ambiental a empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental regional ou local.
Lei 14.078/07	Cria o Selo Empresa Cidadã de Santa Catarina, a ser concedido às empresas privadas que instituírem e comprovarem melhorias na qualidade de vida e de trabalho em seu balanço social.
Lei 14.601/08	Institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.
Lei 14.675/09	Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
Lei 15.793/12	Acrescenta o capítulo V no Título V da Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.
Lei 15.815/12	Acrescenta o capítulo VI no Título V da Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Lei 16.291/13	Altera a Lei nº 14.601, de 2008, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Naturais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), a Taxa de Fiscalização Ambiental e estabelece outras providências.
Lei 16.342/14	Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.
Lei 16.283/14	Altera a Lei nº 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

FATMA IN-33	Marinas e garagens náuticas, plataformas de pesca, atracadouros e trapiches.
FATMA IN-34	Atividades sujeitas ao cadastro ambiental.
FATMA IN-48	Tanques autônomos de consumidor final de combustíveis líquidos e gasosos.

4. NORMAS BRASILEIRAS

DECRETOS	
Decreto	Ementa / Objeto
Decreto 14.250/81	Regulamenta dispositivos da Lei nº 5.793, de 15 de outubro de 1980, referentes à Proteção e a Melhoria da Qualidade Ambiental.
Decreto 2.955/10	Estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental a ser seguido pela Fundação do Meio Ambiente - FATMA, inclusive suas coordenadorias regionais - CODAMS, e estabelece outras providências.
Decreto 3.272/10	Fixa os critérios básicos sobre os quais devem ser elaborados os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS referentes a resíduos sólidos urbanos municipais, previstos nos arts. 265 e 266 da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente.

NORMAS ABNT	
Norma	Ementa / Objeto
NBR 1.183	Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos
NBR 7.229:1993	Esta Norma fixa as condições exigíveis para construção de fossas sépticas e disposição do efluente, de modo a preservar a higiene, a segurança e o conforto dos prédios em zonas desprovidas de redes de esgotos sanitários
NBR 8.419	Apresentação de Projetos de Aterros Sanitários de Resíduos Sólidos Urbanos
NBR 9.898	Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores
NBR 10.004	Classifica Resíduos Sólidos quanto aos seus Riscos Potenciais ao Meio Ambiente e à Saúde Pública, para que estes Resíduos possam ter Manuseio e Destinação Adequados
NBR 10.004	Classificação dos Resíduos Sólidos
NBR 10.005	Lixiviações de Resíduos Sólidos
NBR 10.006	Solubilização de Resíduos Sólidos
NBR 10.007	Amostragem de Resíduos Sólidos
NBR 10.151/00	Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas, visando ao Conforto da Comunidade
NBR 10.152	Níveis de Ruído para Conforto Acústico
NBR 11.174	Armazenamento de Resíduos Classe II – Não Inertes e Classe III – Inertes
NBR 12.235	Armazenamento de resíduos sólidos perigosos
NBR 12.808	Resíduos de Serviços de Saúde – Classificação
NBR 12.809	Manuseio de Resíduos de Serviços de Saúde – Procedimento
NBR 12.980/94	Define sobre a Coleta, Varrição e Acondicionamento de Resíduos Sólidos Urbanos
NBR 13.221	Transporte de Resíduos

NBR 13.969	Tanques Sépticos – Unidades de Tratamento Complementar e Disposição Final dos Efluentes Líquidos – Projeto, Construção e Operação
NBR 14.619.1	Transporte Terrestre de Produtos Perigosos
NBR 14.657	Graxa Lubrificante – Separação de Óleo durante a Armazenagem
ABNT NBR 14725 – 3	estabelece as informações de segurança relacionadas ao produto químico perigoso a serem incluídas na rotulagem, não definindo um formato fixo.
NBR 15.112	Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos – Áreas de Transbordo e Triagem – Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação
NBR 15.114	Resíduos Sólidos da Construção Civil – Áreas de Reciclagem – Diretrizes para Projeto, Implantação e Operação
NBR 15.115	Agregados Reciclados de Resíduos Sólidos da Construção Civil – Execução de Camadas de Pavimentação – Procedimentos
NBR 15.116	Agregados Reciclados de Resíduos Sólidos da Construção Civil – Utilização em Pavimentação e Preparo de Concreto sem Função Estrutural– Requisitos
NBR 15.287/05	Princípios Gerais para Apresentação de Projetos de Pesquisa
NBR 17.505	Armazenamento de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis
NBR ISO 12.235	Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos
NBR ISO 14.001/04	Sistemas de Gestão Ambiental – Especificação e Diretrizes para Uso

5. NORMAS do MINISTÉRIO DO TRABALHO

RESOLUÇÕES	
Resolução	Ementa / Objeto
CONSEMA 003/08	Aprova a Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental passíveis de licenciamento ambiental pela Fundação do Meio Ambiente – FATMA e a indicação do competente estudo ambiental para fins de licenciamento.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS	
Instrução Normativa	Ementa / Objeto
FATMA IN-01	Comércio de combustíveis líquidos e gasosos
FATMA IN-02	Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Aterros Sanitários.
FATMA IN-03	Parcelamento do solo.
FATMA IN-05	Estação de tratamento de esgoto sanitário urbano.
FATMA IN-24	Supressão de vegetação em área urbana.

NORMAS REGULAMENTADORAS	
NR	Descrição
NR 4	Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
NR 5	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
NR 6	Equipamento de Proteção Individual – EPI
NR 7	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
NR 9	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
NR 11	Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais
NR 12	Máquinas e Equipamentos
NR 15	Atividades e Operações Insalubres
NR 18	Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
NR 23	Proteção contra Incêndios
NR 24	Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho
NR 25	Resíduos Industriais